


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**
Processo nº: **0015118-16.2013.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Rescisão / Resolução**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

ODONTOLOGIA ANDRIGHETTO LTDA., já qualificada nos autos, moveu ação de rescisão de contrato c.c. perdas e danos contra CONSULTLIST – LISTAS TELEFÔNICAS REGIONAIS DO BRASIL LTDA., também já qualificada, alegando, em síntese, que:

a) celebrou com a ré contrato de prestação de serviços de publicidade e propaganda em listagem específica que deveria ser impressa para circulação regional em São Carlos e adjacências.

b) o preço estipulado pela ré foi de R\$ 124,00 mensais, que seriam cobrados na conta de telefone.

A primeira parcela venceu em 18/05/2012 e foi paga.

c) as demais parcelas foram debitadas na conta telefônica.

Porém, o serviço não foi prestado.

Outrossim, em 18/04/2013, o valor pela prestação de serviço aumento para R\$ 178,58, antes do decurso do prazo de 12 meses estipulado em contrato e sem que o serviço tivesse sido prestado.

Conquanto tenha solicitado a rescisão do contrato, a ré nada providenciou.

É certo também que a ré foi notificada a respeito.

Fazendo referência a doutrina que entende aplicável à espécie, protestou, por fim, a autora pela procedência da ação, a fim de que seja declarado rescindido o contrato e a ré condenada a lhe pagar a quantia de R\$ 3.246,53, a título de reparação de pelos danos patrimoniais causados à suplicante.

Alegando ainda, que a ré lhe infligiu danos morais, protestou por sua condenação ao pagamento de indenização em valor a ser arbitrado pelo Juízo.

Docs. acompanharam a inicial (fls. 08/44).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Regularmente citada, a ré contestou (fls. 52/66), alegando que:

a) celebrou com a autora o contrato referido na inicial, em 06/03/2012 e a primeira parcela, de R\$ 124,00, foi cobrada em 18/06/2012.

A partir de então e até 18/05/2013, foram lançadas em conta telefônica mantida pela autora, mais onze parcelas de R\$ 124,00.

b) não houve aumento das parcelas.

A seu ver, a autora está confundindo valores lançados em sua conta telefônica.

c) prestou os serviços ajustados, como demonstra a documentação acostada à contestação, não procedendo, por conseguinte, o que foi alegado a respeito na inicial.

Alegando que o Código de Defesa do Consumidor é inaplicável à relação jurídica estabelecida entre as partes e que não infligiu danos à autora, protestou pela improcedência da ação.

Docs. acompanharam a contestação (fls. 73/104).

Réplica à contestação, a fls. 111/118.

Saneador a fls. 128/131, afastando a incidência do Código de Defesa do Consumidor e, em consequência, rejeitando o requerimento de inversão do ônus probatório, feito pela autora; determinando, ainda, a produção de prova oral.

Em audiência, foi colhido o depoimento pessoal da representante legal da autora (fls. 151) e ouvida uma testemunha. As partes, em seguida, declararam não ter outras provas a produzir, e em debates reiteraram as manifestações anteriores.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, em juízo de retratação, mantenho a decisão de fls. 128/131, à vista do agravo retido interposto a fls. 139/142 e contraminutado a fls. 157/158.

O contrato celebrado entre as partes, fls. 73, não contém vício.

Ademais, nele indica-se a cobrança de 12 parcelas de R\$ 124,00, não de apenas uma parcela nesse valor, como alega a autora.

Além disso, a representante legal da autora, que assinou aquele


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

instrumento, também respondeu o e-mail de fls. 75/76, com o seu "de acordo".

Nesse sentido, nenhuma cobrança está em descompasso com o contratado.

Noutro aspecto, a afirmação da autora de que a prestação da ré não foi por esta adimplida não foi comprovada.

A ré apresentou a lista telefônica regional, fls. 77/102, com tiragem de 30.000 exemplares.

O entendimento subjetivo da representante legal da autora de que tal lista telefônica não é suficiente, não é o bastante para afastar a força obrigatória do contrato.

Veja-se que, como decidido em saneamento, não incide *in casu* o Código de Defesa do Consumidor.

A autora não se desincumbiu de seu ônus probatório, não bastando o depoimento pessoal de fls. 151 e o pouco relevante depoimento de fls. 152, à luz das provas acima mencionadas pelo juízo e que não lhe favorecem.

Por outro lado, também não se comprovou que a ré tenha cobrado da autora parcelas superiores a R\$ 124,00. Os valores lançados nas faturas telefônicas não constam como sendo todos referentes ao contrato com a ré. A ré impugnou especificamente a afirmação, em resposta (fls. 55/56). Cabia à autora comprovar o alegado, não o tendo feito.

Em consequência, observada a regra do art. 333, I do Código de Processo Civil, rejeita-se o pedido.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação e condeno a autora nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários em R\$ 1.000,00.

P.R.I.

São Carlos, 13 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br